

Demétrio Magnoli: a política externa brasileira e o Oriente Médio

RESUMO:

Um dos mais consagrados articulistas de política internacional do país, colaborador de veículos de comunicação como O Globo, Folha de São Paulo e Globonews, o jornalista, sociólogo e doutor em Geografia Humana Demétrio Magnoli, com o tema Política Externa Brasileira e o Oriente Médio, reuniu personalidades de diversos segmentos da capital paranaense. Durante sua palestra, Magnoli expôs diversas questões que levaram ao atual cenário naquela região conturbada por conflitos.

AUTORA:

Beatriz Araujo Nedeff - jornalista, advogada e profissional da área de comunicação e linguagens.

De acordo com o articulista, a ideia do tema surgiu justamente do “conflito” gerado por um debate de ideias entre o músico e compositor Caetano Veloso e o colunista português João Pereira Coutinho. Em uma rodada de artigos publicados no jornal Folha de São Paulo, em 2015, ambos defenderam posições antagônicas em relação a geopolítica da região. Enquanto Veloso defendia a campanha mundial que promove o boicote e a sanção a Israel pela Palestina, Coutinho, por outro lado, contesta a versão do compositor, afirmando que se a paz não é conquistada na região é devido à falta de organização política na Palestina. Diante dessas opiniões divergentes, Magnoli, em um terceiro artigo, procurou contextualizar as duas posições organizando um pensamento que contemplasse os dois extremos. Afinal, segundo ele, a realidade desse conflito possui inúmeras facetas que se contrapõem há pelo menos 100 anos.



Com o desaparecimento do Império Grego Otomano por ocasião da I Guerra Mundial, houve uma reconfiguração geopolítica na região. Seu território, então, foi dividido entre as nações europeias, em especial França e Inglaterra. Os franceses tomaram posse da Síria e do Líbano. Já a Inglaterra herdou os territórios onde hoje se localizam Iraque, Jordânia, Israel e Palestina. Em 1917, os britânicos se instalaram “sem mandato” da Liga das Nações na Palestina. Por iniciativa do ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, James Baufour, o governo inglês estaria disposto a apoiar o estabelecimento de uma nação judaica no local. Nesta ocasião,



O palestrante com dirigentes e associados da B'nai B'rith, parceira do evento.

alguns judeus já estavam se deslocando para a Palestina. Uma organização sionista adquiria terras na Palestina e doava para aqueles que desejassem para lá imigrar.

Entretanto, a ruptura deste domínio europeu aconteceu na II Guerra Mundial. A perseguição nazista e a existência desprezível dos campos de concentração alemães conspiraram para criação do estado de Israel em 1948 pela Organização das Nações Unidas. Apoiado pelo Brasil, o diplomata Oswaldo Aranha deu o voto vencedor à pretensão israelense. Tradicionalmente a diplomacia brasileira sempre foi partidária da tese de criação de dois estados independentes na região. Entretanto, durante as gestões do Partido dos Trabalhadores, a defesa aos direitos dos Palestinos tem se sobreposto de modo marcante às relações com Israel.

Após a criação do Estado Judaico, Jerusalém passou a ficar sob controle internacional e foi dividida em duas partes. Mas os árabes recusaram a divisão da ONU, e partiram para o conflito armado contra os judeus, que se prolongou durante os anos 1948/9. Vencedores, os judeus anexaram parte do território palestino. Já os árabes mantiveram apenas a Cisjordânia e Gaza. A exemplo do que havia acontecido com os judeus no passado, os palestinos foram expulsos dos territórios perdidos na guerra - se tornaram um povo sem lar e passaram a contar com a proteção da Jordânia e do Egito. Para eles, a diáspora não iria se prolongar por muito tempo. A derrota no conflito estabeleceu um ritual que até hoje é seguido pelas gerações vindouras. Conhecido como dia da Nakba (catástrofe), na ocasião os palestinos passaram as chaves das casas que não mais existiam para seus descendentes. Esse ato

deu origem ao nascimento do nacionalismo palestino nos anos 1960, que foi endossado também pelo Pan Arabismo professado pelo então presidente do Egito, Kamal Abdel Nasser. O que chama atenção na narrativa do movimento é a afirmação de que o povo árabe deve se unir e formar uma única nação. Essa união, que consolidaria a unidade dos povos árabes, foi a responsável pela origem política da Palestina. Em contrapartida, Israel também teve seu movimento nacionalista. Denominado de Sionismo, ele surgiu no século XIX e sua principal reivindicação na época era a criação de um estado judaico, que não necessariamente estivesse localizado na Terra Santa. Na narrativa israelense, os palestinos eram então caracterizados como um povo beduíno que perambulava pelo deserto, ou seja, um povo nômade, sem raízes.

Na década de 60, os palestinos começaram a se articular com mais coesão; e em 1964 nasceu a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), cuja liderança, exercida por Yasser Arafat, tem como propósito atuar política e militarmente na região. Com a tensão cada vez maior no território, sucederam-se vários conflitos, como a guerra dos Seis Dias, em 1967, e a guerra do Yom Kippur, em 1973 - ambas vencidas por Israel que imediatamente anexou a península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã à sua extensão. Em 1979, Egito e Israel assinaram um acordo de paz mediado pelos Estados Unidos. A partir de então, os israelenses passaram a ocupar quase todo o território palestino e a tensão entre os dois povos só aumenta.

Em 1987, um novo conflito explodiu na região. Dessa vez a manifestação, denominada de Intifada, partiu da população palestina que manifestava sua indignação contra o tratamento recebido pelos militares israelenses, atirando pedras e paus nos soldados. A sociedade israelense se manifestou e começou a contestar a violência contra os palestinos. A revolta só terminou em 1993, por ocasião da assinatura dos Acordos de Oslo. No ano 2000, uma nova Intifada compromete o processo de paz, agora incrementada pelos homens bombas e seus ataques suicidas a Israel. Outro complicador que aconteceu também nessa década é o controle do Hamas na Faixa de Gaza. Radical, a organização não reconheceu o Estado de Israel.

Recentemente um novo fato – e não a ancestral diferença religiosa entre os dois povos - que pode mudar a situação na região vem chamando à atenção. É a evolução populacional de Israel e da Palestina. Até 2010, as populações de ambos os territórios se equivaliam em número. A partir de então, os palestinos começaram a ultrapassar os judeus. Este fato pode levar Israel, em um futuro próximo, a se posicionar a favor de um Acordo de Paz e a uma nova reconfiguração geopolítica da região com o reconhecimento do Estado Palestino. A demarcação das fronteiras e o respeito político ao novo mapa poderiam pôr fim à discórdia secular.

Dessa forma, tolerância e laicidade seriam as palavras chaves que podem conduzir israelenses e palestinos a um clima de paz. Somente dois estados democráticos

e apoiados neste binômio serão capazes de acabar com os conflitos na região e, quem sabe, em um futuro próximo, unir os dois povos para que vivam em harmonia. Ao longo dessa trajetória que já dura mais de 100 anos, muitos atos belicosos foram

realizados por ambos os lados. Mas a única certeza que se terá ao final desta jornada é que a paz é um ato de renúncia e aceitação que deve ser praticado por todos aqueles que lá vivem. Shalom Aleichem! Salaam Aleikum! Que a paz esteja convosco!

